

POVOS INDÍGENAS E TROPEIROS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL SERRANA: algumas considerações

Indigenous and drovers people in training of cultural identity of planalto serrano de Santa Catarina: some considerations

Silmara Luciane Miranda¹
Dario Moreno Aires dos Santos¹

Resumo: Nos trabalhos realizados sobre a formação da região serrana de Santa Catarina, é muito comum exaltar a figura do tropeiro e até a atividade por ele realizada como elementos constituintes da identidade desta região. Entretanto, não se tem pesquisas sobre os povos que já viviam aqui, antes da abertura do Caminho das Tropas ou mesmo da fundação da Vila. Na historiografia local, os povos indígenas aparecem, quando são relatadas as práticas de extermínio, ou, enquanto obstáculo à ocupação da região. Não temos disponível ainda, pesquisas sobre suas vivências. A partir do século XVIII o Brasil Colonial teve mudanças em sua economia, o açúcar, principal produto cultivado na colônia passou a dividir espaço em importância com o ouro descoberto na região das Minas Gerais. Para abastecer a região aurífera era preciso o fornecimento de mantimentos e de animais de montaria, os muares e gado, sendo o criatório destes animais a Capitania de São Pedro, para conduzir o gado até a região das Minas Gerais o governo imperial determinou a abertura de um caminho de tropas pela região dos Campos das Lagens, este trabalho procura levantar alguns aspectos sobre a abertura deste caminho.

Palavras-chave: Povos indígenas. Caminho das tropas. Corredores de taipa. História de Lages-SC

Abstract: In work carried out on the formation of the mountainous region of Santa Catarina, it is very common to exalt the figure of the drover and the activity performed as constituent elements of the identity of this region. However one does not have research on people who have lived here, before the opening of the troops way or even the village foundation. In the local history, indigenous peoples appear when the extermination practices are reported, or, as an obstacle to occupation of the region. We have no available research on their experiences. From the eighteenth century Colonial Brazil had changes in its economy, sugar main product grown in the colony began to share space in importance with the gold discovered in the region of Minas Gerais. To supply the gold region had to supply groceries and riding the animals mules and cattle, and the breeding of these animals the Province of São Pedro to drive the cattle to the region of Minas Gerais the imperial government ordered the opening of a way of troops through the region of Campos das Lagens, this paper seeks to raise some aspects of the opening of this route. The use of local themes in history classes, is presented as an opportunity to contribute to the understanding of identity formation of Planalto Serrano de Santa Catarina, is intended to demonstrate that indigenous peoples issues and tropeirismo are present in family oral tradition, and customs kept in the mountain families.

Keywords: Indian people. Fields. Troops. Local history. Identity.

Introdução

Muitos povos ocupavam as terras do “novo mundo” antes da chegada dos europeus, do Alasca até a Patagônia espalhavam-se inúmeras nações indígenas neste solo. Estima-se que viviam cerca de 50 milhões de pessoas na América na época da conquista. No Brasil, o número de índios era em torno de 6 milhões, destes, segundo dados do IBGE, restam cerca de 250 mil.

A origem destes povos continua sendo investigada, a teoria mais aceita diz que, grupos que viviam no território onde hoje está o Continente Asiático, teriam chegado à América há 40

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

mil anos atravessando o Estreito de Bering, prática repetida em diversas correntes migratórias, outra teoria fundamenta-se que a ocupação da América também teria ocorrido por mar, povos que viviam na Polinésia vieram para a América em embarcações rudimentares, chegando pela costa do Oceano Pacífico, em um processo que também se repetiu inúmeras vezes, fato que teria ocorrido há cerca de 50 mil anos.

Nesse contexto, o Estado de Santa Catarina teria sido povoado, segundo Silvio Coelho dos Santos (1973), através do Vale do Uruguai, por volta de 5500 anos antes de Cristo.

O Planalto Catarinense era habitado por duas nações indígenas: os Xoklengs e os Kaigangs, pertencentes ao denominado grupo Jê, ou Tapuia, pelo lado linguístico. O antropólogo Silvio Coelho dos Santos em estudo que realizou sobre este grupo observa que: “Os Xokleng são um grupo indígena de língua Jê. Também conhecidos como botocudos pelo fato dos homens utilizarem um pequeno cilindro de madeira (botoque) no lábio inferior perfurado, nômades, percorriam as florestas que cobriam as encostas das montanhas, os vales litorâneos e as bordas do planalto no Sul do Brasil”. (SANTOS, 1973, p. 8).

Sobre os Kaigangs, esses também pertencem ao grupo linguístico Jê, aparentados da língua Xokleng. Eram seminômades, viviam da caça e da coleta como os Xokleng, mas, além disso, viviam de uma horticultura, destacando-se a cultura do milho.

Na região serrana, estes grupos receberam outras denominações dos colonizadores, eram chamados, segundo Licurgo Costa, no livro o Continente das Lagens, de: “bugres, índios, selvagens, botocudos, silvícolas, gentios...” (COSTA, 1982, p. 28), segundo ele a designação genérica era a de “Bugre”. O autor descreve alguns hábitos comuns entre os povos que viviam na região “os Xoklengs, viviam da caça, do pinhão e, como todas as tribos nômades, eram grupos coletores e caçadores não permanecendo por muito tempo em um mesmo local”. (COSTA, 1982, p. 28).

Como em todo o Continente Americano, também no Planalto Serrano, foram expulsos de suas terras, mortos, exterminados pelos invasores.

Processo de ocupação do planalto serrano

No século XVIII, o Planalto Serrano não era citado em documentos antigos em sua vastidão, por não conhecerem as terras, apenas denominavam-na como Sertão de Coritiba, foi a partir do caminho traçado por Francisco de Souza Faria, em 1729, com a intenção de ligar o extremo sul do país à região sudeste, que o governo geral passou a ter conhecimento da região.

O autor Cyro Ehlke (1973, p. 22), em seu estudo sobre o Planalto Catarinense, demonstra de que maneira o Planalto Serrano é reconhecido pelo governo central:

A descrição dos campos serranos foi feita também posteriormente por Cristovão Pereira de Abreu em 1733, ao retificar o caminho aberto por Souza Farias, também descreve, salientando aspectos da paisagem, vegetação e disponibilidade de gado que encontrou nos Campos de Cima d’ Serra, a travessia de Cristovão Pereira de Abreu, inaugura a abertura da ‘Estrada Real’ ou ‘Caminho do Sertão’, ‘Estrada da Mata’.

Este autor observa que, “é a abertura desta estrada que inicia o povoamento do planalto de Santa Catarina”.

Entretanto, foi somente a partir da vinda de Antonio Correia Pinto de Macedo, encaminhado pelo governador da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, para fundar uma Vila para atender ao pouso de tropeiros, afugentar índios e fortificar a região dos possíveis ataques castelhanos a partir de 1766, que inicia o processo de ocupação e conhecimento da região do Planalto Serrano, bem como, da área destinada à elevação da Vila.

Foi a partir da instalação da Vila que os limites entre as capitânicas de São Paulo e São Pedro ficaram oficialmente definidos, assim como, os limites dos Campos de Nossa Senhora do Sertão das Lages.

Correia Pinto em manifesto enviado a Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo, afirmava:

Que em observância das Reaes Ordens de S. Mag. Que D.s. G.s.
Chegou no anno de 1765 o Exmo. Sr. Gal. D. Luiz Antônio de Souza a restabelecer o governo desta Capitania, e querendo examinar a extensão dos seus limites mandou vir á sua prezença os mais práticos homens dos sertoes e informado da gr. De campanha q' mede de Coritiba até o Continente de Viamão, na distância de 150 legoas despovoadas, logo rezolveo o d. Sr mandar levantar uma Povoação no lugar mais conveniente p. a fazer testa às miçoens expanhões e afugentar a imensidade de índios q' habitão aquelas campanhas, p. a não infestarem a extrada geral por onde se tranzitão m. tos milhares de cavaladuras e gados a cada anno. (CASTRO, 1999).

A presença de índios na região dos Campos de Lages levou o governo de D. João VI a expedir Carta Régia em 5 de novembro de 1808, determinando guerra aos indígenas:

Ao oeste da Estrada Real, desde a Villa da Faxina até a Villa de Lages, a maior parte das fazendas estão na dita estrada, se vão despovoando, umas por terem os índios bugres morto os seus moradores, e outras com o que sejam igualmente vítimas e que até a mesma estrada chega a não se vadeável, senão para viajores que vão reunidos em grande número e bem armados[...]; sendo-me também igualmente presente os louváveis frutos que tem resultado das providências dadas contra os Botocudos, e fazendo-me cada dia mais evidente que não há meio algum de civilizar povos bárbaros senão ligando-os a uma escola severa[...] desde o momento que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes bárbaros índios. (CASTRO, 1999).

Diversos grupos indígenas viviam nos vastos campos serranos, comprova-se a presença deles de diversas maneiras, em estudos recentes feitos sobre os índios na região, por concessionárias hidrelétricas, há identificação de sítios arqueológicos em vários pontos do Planalto Catarinense. Existe também um trabalho feito pelo padre Rolin, em 1980, que procura interpretar as inscrições rupestres deixadas nas grutas e cavernas que serviam de moradia para estas comunidades, como a caverna do Avencal em Urubici, na qual o autor procura descrever o que significam aqueles registros.

Para Cyro Ehlke (1973) em tempos remotos terão habitado o Planalto de Santa Catarina, os aborígenes gualacho, bem como os guaiana, os guanaó e os iratin ou iraitin, aspecto que é comprovado pelo antropólogo Silvio Coelho dos Santos (1973) ao observar que alguns autores admitem que os Xoklengs e Kaigangs são originários dos antigos Guaianá ou Caaguá, que dominavam as terras do interior sul do Brasil, à época da conquista.

Deste modo observa-se que os primeiros povos a ocuparem a região do Planalto de Santa Catarina foram índios denominados Coroados e Botocudos pertencentes às nações Xoklengs e Kaigangs.

A partir da preocupação da Corte, que necessitava demarcar o território pertencente à Colônia, e pretendendo criar núcleos de colonização nos campos da serra catarinense, existem documentos que comprovam que, ainda no século XIX e início do século XX, era possível perceber a presença deles na região, a Coroa mandou fazer um levantamento sobre a quantidade, a localização e o comportamento destes povos, solicitando ainda que identificassem seus possíveis aldeamentos.

Em carta enviada em resposta à Capitania que solicitava tais informações, transparece nos projetos de ocupação fundiária a demarcação das terras indígenas, medida que era realizada como um aspecto incentivador para que novos moradores se dirigissem para os Campos d' Cima da Serra:

A Câmara Municipal da Villa de Lages acusa a recepção do ofício de 26 de novembro p.p. Cobrindo um exemplar do Regulamento Nº 426 de 24 de julho de 1845 ano das Missões de Catechese, e civilização dos índios, em cujo ofício ordena a esta Câmara dar os esclarecimentos necessários. (CASTRO, 1999).

A tradição oral também manteve relatos das invasões de índios na sede da Vila, conta-se, por exemplo, que eles vinham regularmente e atacavam as mulheres que lavavam roupas no arroio Carahá e que por isso Antônio Correia Pinto de Macedo, fundador da Vila, teria mandado represar um açude para que as mulheres lavassem suas roupas, estando assim protegidas dos referidos ataques. Este açude recebeu o nome de Tanque, constituindo-se em meados do século XX em um espaço de lazer da cidade, guardado na memória dos moradores da cidade o significado de sua construção.

Também sobre ataques de índios à Vila, é enviado no ano de 1871 um ofício ao delegado municipal registrando o ocorrido:

Neste momento acabo de receber um ofício do inspetor do Quarteirão de Canoas, participando-me ter os índios assaltado uma casa de Izidore José dos Santos na Ponte Alta e a mulher dele. Acusando ter esta recebido duas crianças, e que os ditos índios não se tinham retirado ainda 15.01.1871. (CASTRO, 1999).

O historiador Paulo Pinheiro Machado (2001), em estudo que fez sobre o povoamento do Planalto Serrano, analisa que a relação estabelecida entre colonizadores e indígenas assumia uma forma beligerante, pois a população não reconhecia os indígenas como gente.

O autor Cyro Ehlke (1973, p. 47), salientando a relação estabelecida entre tropeiros e indígenas resalta ataques ocasionados por índios, “botocudos, hostis e sanguinários, vezes sem conta, atacaram tropeiros e povoadores, mormente nas regiões de Lages, Curitibaanos, Campos Novos e ao sul do Rio Negro de um modo geral até 1910 ou 1920, pelo menos”.

Memórias de violência: a difícil trajetória dos povos indígenas

A presença dos povos indígenas no Planalto Serrano começou a ser ameaçada a partir da ocupação da região por tropeiros e paulistas, os primeiros desbravando o Sertão, cruzavam a estrada, com tropas de mulas e gado, trazidos do Rio Grande do Sul para abastecer a região central do país. A presença dos tropeiros, regularmente passando pelos Campos Serranos, se sobrepôs aos povos indígenas que aqui viviam. De acordo com o estudo de Silvio Coelho dos Santos (1973, p. 15), “os Xoklengs somente deixaram de fazer suas incursões a esta área quando ela foi tomada pelas fazendas de criação e pelos roçados dos colonos”.

Contribuindo para o extermínio de índios Kaigangs e Xoklengs, na serra catarinense, foram também os tropeiros que introduziram juntamente com uma medida governamental, segundo Santos (1973), o profissional pago para executar as matanças, os chamados bugreiros, pessoas ágeis no afugentamento ou combate aos mencionados “bugres”.

Bastante comum na tradição oral são os relatos sobre o personagem responsável pela matança de índios no Planalto Catarinense, conhecido como Martim Bugreiro, este homem era pago por tropeiros ou fazendeiros para matar ou afugentar os índios que viviam na região, sua presença foi

marcante no extermínio desses grupos, principalmente na estrada que liga Lages a Florianópolis.

O antropólogo Silvio Coelho dos Santos observa que estes homens, pagos para limpar o sertão da presença indígena, cortavam as orelhas dos índios capturados para receber por índio morto e também como uma forma de comprovar que o serviço foi feito, Santos lembra que era comum dizer na região que “índio só é bom morto”, portanto, segundo o autor, “não era de estranhar que fosse comum a organização de grupos armados para vingar ataques cometidos pelos indígenas”. (SANTOS, 1973, p. 32)

A violência das relações estabelecidas é sintetizada na contratação, tanto do governo, quanto dos fazendeiros que viviam na região, de homens pagos para “caçar” e “matar” índios nestas terras, bugreiros, como eram chamados, tiveram seu sustento matando índios, recebendo conforme o número de orelhas que apresentavam a quem os contratou.

Foi a partir desta prática cruel e aterrorizante que surgiu nessa região a caça de mulheres índias. Uma observação se faz necessária, os homens eram mortos, enquanto as mulheres índias eram pegas a laço ou a cachorro e levadas para forçosamente se “integrarem” à vida nas fazendas, muitas dessas mulheres se tornaram esposas dos fazendeiros, formando assim, os primeiros núcleos familiares no Estado.

O historiador Paulo Pinheiro Machado (2001) ao analisar a ação dos bugreiros observa que os bugres adultos e jovens eram os principais alvos de caçadas empreendidas por fazendeiros ou por bugreiros (caboclos especializados em localizar, destruir aldeamentos e capturar alguns sobreviventes). Só conseguiam escapar da morte algumas mulheres jovens que seriam transformadas em esposas e companheiras de peões, pequenos sitiantes e tropeiros.

Em estudo realizado pela historiadora Cristina Scheibe Wolff sobre a prática de extermínio e captura de alguns indígenas, aspecto que segundo ela ocorreu em várias regiões de Santa Catarina, muitas famílias tiveram sua formação a partir da necessidade dos fazendeiros em ocupar a região e acasalar com as índias capturadas, para esta pesquisadora as relações entre índios e brancos no Sul do Brasil foram marcadas pelo gênero. Neste trabalho tentamos mostrar que apesar da violência, do extermínio, do medo como elemento imaginário que determinava essa violência e este extermínio, muitas mulheres e crianças indígenas foram incorporadas à sociedade “branca”. Seus descendentes não estão hoje somente nas poucas áreas indígenas demarcadas, onde grupos Xokleng, de Kaingang e de Guarani tentam manter seu patrimônio cultural e material, com muita luta e resistência. Eles estão aqui, nas cidades e no campo, em cada família com sua bisavó índia “pega a laço”.

Na pesquisa, Wolff (2001) observa que, para construir uma identidade étnica no estado, que pudesse demonstrar o predomínio da presença branca de descendência europeia, a memória sobre os povos indígenas, ou mesmo os relatos sobre as mulheres pegas a laço foram esquecidas, esta historiadora denomina a memória como uma memória subterrânea, dessas guardadas em gavetas secretas, por baixo de outras coisas, segundo sua pesquisa, histórias que se conta apenas no âmbito familiar, com poucos detalhes: muitas famílias guardam (algumas secretamente) a memória de bisavós índias “pegas a laço” ou “pegas a cachorro”.

O desaparecimento das aldeias, dos grupos indígenas na região foi ocasionado por um modelo de ocupação, onde uma cultura (europeia), e uma atividade econômica (pecuária) se sobrepôs às demais. O processo civilizador europeu, que esteve presente em todo o território nacional a partir da colonização do Brasil, apresentou-se também em Lages, não por acaso precisamos juntar indícios, pistas, relatos sobre a presença de grupos indígenas no planalto de Santa Catarina, tal aspecto demonstra que também nestas terras o etnocentrismo e o genocídio prevaleceram.

Para a historiadora Wolff (2001, p. 8), mesmo a historiografia oficial reconhece as práticas de extermínio, é preciso buscar as táticas de sobrevivência destas pessoas “algumas dessas mulheres são lembradas como parteiras hábeis, pessoas dedicadas à cura das doenças. Ou como

avós sábias, ou ainda como agregadas das famílias poderosas, submissas e fiéis”.

Existe nas memórias de muitas famílias na região um acervo histórico sobre a presença destes grupos indígenas e suas práticas cotidianas, é bastante comum em conversas informais ouvir relatos onde as pessoas sabem que suas avós eram índias, entretanto, estas memórias precisam ser registradas, tiradas do subterrâneo para que possamos compreender como sobreviveram estas pessoas, para que se possa detalhar seus hábitos.

Caminho das tropas

A cidade de Lages, hoje com 248 anos, nasceu a partir de uma necessidade econômica do país, atender os tropeiros que por aqui passavam com gado, vindos do Rio Grande do Sul em direção ao estado de São Paulo. O tropeirismo contribuiu para forjar elementos culturais da região, garantindo também o desenvolvimento da pecuária, sendo esta atividade econômica uma das mais importantes para o município. Este trabalho visa abordar aspectos históricos da abertura do Caminho das Tropas, contextualizado no período do Brasil Império.

Antes mesmo da fundação oficial da Vila, em 1766, já havia relatos de tropeiros que cruzam os campos serranos, no século XVII a região dos “Campos das Lagens”, tornou-se conhecida como registro no Brasil Colonial, quando Souza Faria, ao passar pelos “Campos d’Cima da Serra”, descreveu em seu relato suas impressões do lugar, este relato está presente no livro de Cyro Ehlke (1973, p. 35) sobre a ocupação do Planalto Catarinense:

O sargenteo-mór Francisco de Souza Faria, quando ali chegou em 1729, ao dar abertura à Estrada dos Conventos (depois ‘Estrada Real’, ‘do Sertão’, ‘da Mata’ e outras mais designações), nele encontrou abundantíssimo mel e farto pinhão, dos quais até morreram de indigestão alguns de seus acompanhantes, pelo muito que deles se fartaram. Encontrou ainda, grande quantidade de antas e porcos monteses, afora o gado que vinha das extremidades sul de Lages, antigos ‘Campos da Vacaria’ ou ‘De Cima da Serra’, onde estes foram laçados, anos antes, pelos missionários espanhóis de Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul.

Por este relato é possível perceber a abundância de produtos e animais disponíveis na região, fato que certamente atraiu muitos interessados e contribuiu para a ocupação do planalto serrano antes mesmo da fundação da vila.

O tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu ao passar pelos campos de Lages, com 130 pessoas, entre elas tropeiros, peões e capatazes, aprisionou três famílias de índios Tapes, e as remeteu a São Paulo, “teve a cautela de igualmente mandar apreender, nos campos de Vacaria de Lages, perto de 500 vacas, para a manutenção da expedição”. (EHLKE, 1973, p. 78).

A expedição de Cristóvão de Abreu tinha por objetivo facilitar o acesso às tropas de gado, que saíam dos Campos das Vacarias, no atual estado do Rio Grande do Sul, em direção à Sorocaba, capitania de São Paulo, em 1730 estava enfim inaugurada a “Estrada Real”, ligando as regiões sul e sudeste do país, e contribuindo para o povoamento do Planalto de Santa Catarina.

Como observa Machado (2001, p. 15) em estudo que fez sobre a ocupação do Planalto Serrano: “Com o caminho das tropas se formou um longo curso de fazendas de internada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorde do gado extenuado pelas longas jornadas”. As terras disponíveis nos Campos da Serra Catarinense eram em sua grande maioria desabitadas, chamadas terras devolutas, a ocupação e apropriação das terras na região eram feitas por tropeiros e paulistas, que subiam a serra em direção aos campos no planalto, assim como em várias regiões do país era a posse que legitimava a ocupação, seus sucessores herdaram estas iniciativas.

Os primeiros tropeiros que passaram nos Campos d' Cima da Serra encontraram inúmeros animais arredios, vivendo solto pelas pradarias, este fator foi também um motivador da ocupação destes campos, era preciso fechar mangueirões, domar estes animais e montar as tropas para vendê-los na capitania de São Paulo, uma tropa que não ofereceu custos ao proprietário garantia a este um lucro em moeda corrente que lhe permitiu adquirir outros animais, aumentar a propriedade e construir benfeitorias.

Quando iniciou a ocupação da região, a metragem utilizada para considerar uma fazenda adequada para a criação de gado era de até uma légua, uma légua e meia, podemos dizer que esta região nasceu como um latifúndio, destacando-se em seu processo histórico o nome de algumas famílias, que originalmente se apropriaram de terras na região.

A abertura da Estrada Geral garantiu o desenvolvimento da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão das Lagens, mais tarde a abertura das estradas que ligavam o Planalto ao litoral através da Serra do Rio do Rastro ou a Estrada de Desterro, permitiu uma maior integração do estado, favorecendo a vinda de novos moradores. Machado (2001, p. 16) observa a este respeito que: “o caminho das tropas possibilitou que houvesse uma grande diáspora de famílias por todo o planalto meridional”.

Tropeirismo

Tropeirismo é a atividade econômica e cultural praticada pelo tropeiro.

Segundo o historiador Claudio Recco (2010): a palavra "tropeiro" deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil colônia.

Tropeiro iniciava-se na profissão por volta dos 10 anos, acompanhando o pai, que era o negociante (compra e venda de animais), o condutor da tropa. Usava chapelão de feltro cinza ou marrom, de abas viradas, camisa de cor similar ao chapéu de pano forte, manta ou beata com uma abertura no centro, jogada sobre o ombro, botas de couro flexível que chegavam até o meio da coxa para proteger-se nos terrenos alagados e matas. (RECCO, 2010).

O comércio de gado e mulas, através dos Campos das Lagens, forneceu à Vila meios de desenvolvimento socioeconômico, com bastante frequência inúmeros tropeiros cruzavam a Estrada Real transportando animais para serem vendidos nas feiras de Sorocaba.

No início, o que era valorizado do gado concentrava-se apenas ao seu couro, que era levado para o nordeste, com a abertura das minas na região central do país, era preciso oferecer comida para os escravos e mineradores, num primeiro momento o gado era transportado para ser abatido na região sudeste, posteriormente percebeu-se que o charque era mais fácil de ser transportado e o comércio de charque e couros acelerou o desenvolvimento da região sul do Brasil.

A conservação da carne, através do sal incorporado ao corte, permitiu que um número significativo de tropeiros se lançassem na atividade, garantindo a estes rendosos lucros no Brasil Colonial. Mais tarde, quando a atividade com mineração entrou em decadência, a região sul do país passou a abastecer as fazendas de café, que também exigiam grande quantidade de carne para alimentar seus escravos e imigrantes.

O gado arrematado e transportado pelo “Caminho do Sul” foi introduzido nos Campos de Cima da Serra pelos Jesuítas, na região de Lages o gado atravessou o rio Pelotas e se dispersou pela região da Coxilha Rica, provavelmente conduzido por índios das reduções jesuíticas que viviam na capitania de São Pedro.

Os tropeiros que entravam na Vila das Lagens, vindos de Viamão, precisavam pagar

impostos por cabeça de animais que atravessavam o Rio Pelotas, a atividade do tropeiro exigiu uma estrutura administrativa e militar, era preciso construir um registro de cobrança de impostos, o que servia também para demarcar as fronteiras entre a capitania de São Paulo e São Pedro, o Passo de Santa Vitória, principal local de travessia de gado pelo rio Pelotas, permitiu a arrecadação de impostos para a Coroa, bem como, a guarnição militar da fronteira da capitania, contribuindo para defesa de possíveis invasões castelhanas.

O Passo de Santa Vitória foi instalado em 1772, depois que Cristóvão Pereira de Abreu abriu a Estrada Real, ou o Caminho de Viamão, permanecendo como passagem oficial até 1775, quando foi temporariamente desativado, e posteriormente em 1848, definitivamente extinto, outros Passos foram abertos ao longo do Rio Pelotas, mas, sem dúvida o de Santa Vitória foi o que mais significado teve para a integração do Caminho do Sul, por uma lei do Império, a arrematação dos Passos eram feita por um período de 3 (três) anos, para o arremate eram feitos leilões públicos ganhando o direito de cobrar impostos aquele que pagasse aos cofres municipais a melhor quantia, todo passante tinha por direito o acompanhamento de uma guarda para ajudá-lo na execução da tarefa, de cobrar os impostos.

A atividade dos tropeiros foi tão importante para a região de Lages, que mesmo já passados alguns anos de extinção desta profissão na serra catarinense, ainda é possível vislumbrar ruínas e vestígios deixados por estes homens que transitavam pela região, comercializando animais cavalares, muares e bovinos.

Para o historiador Recco (2010) existiam elementos específicos da vida dos tropeiros.

O tropeiro montava um cavalo que possuía sacola para guardar a capa, a sela apetrechada, suspendia-se em pesados estribos e enfeitava a crina com fitas. Chamavam ‘madrinha’ o cavalo ou mula já envelhecida e bastante conhecida dos outros animais para poder atraí-los, era a cabeça da tropa e abria o percurso, com a fila de cargueiros à sua retaguarda; ‘malotagem’ eram os apetrechos e arreios necessários de cada animal e acondicionamento da carga e ‘broaca’ os bolsões de couro que eram colocados sobre a cangalha e serviam para guardar a mercadoria.

Um sinal destes tempos diz respeito ao corredor de taipas construído na Coxilha Rica (SC), que tinha como objetivo impedir que o gado se dispersasse nos vastos campos por onde as tropas cruzavam. Com a utilização de trabalho escravo foi construído esse corredor, que atingiu a extensão de aproximadamente 80 quilômetros, este corredor tinha por objetivo disciplinar a tropa que fazia a travessia dos campos da Coxilha Rica, facilitando sobremaneira o trabalho dos tropeiros, estes muros de pedras tinham por objetivo impedir que o gado que passava se misturasse com o gado já existente na região, facilitava também a travessia, pois o relevo da Coxilha Rica permitia que o gado se dispersasse.

O corredor de taipas da Coxilha Rica fazia parte da Estrada Real, que segundo Marcio Santos (2001, p. 155):

Evoluindo a partir dos primeiros caminhos autorizados pela Coroa, as estradas mantiveram o caráter de vias oficiais ainda por muitas décadas. Reforçaram o caráter legal, de caminho obrigatório para pessoas e mercadorias, agregando o adjetivo ‘real’ ao nome – tornaram-se estradas reais.

O título de Estrada Real possibilitava a travessia de gado e mercadorias com a autorização da Coroa, garantindo a arrecadação de impostos, bem como, a suposta segurança por um caminho oficializado.

Lages nasceu como um caminho de tropas, nossa cultura, nossa culinária está direta-

mente associada a esta atividade, existe, inclusive, a lenda do Ladrão de Cincerro que remete a esta atividade econômica, diz a lenda que quando os tropeiros precisavam pousar na Vila procuravam poteiros de aluguel, alguns proprietários desses poteiros costumavam esconder o cincerro da égua madrinha, dispersando a tropa e obrigando os tropeiros a permanecerem por um tempo maior na região, daí a expressão lageano é ladrão de cincerro.

A atividade econômica associada ao tropeirismo contribuiu para o desenvolvimento econômico da cidade, até a década de 60 do século XX ocorriam em Lages as feiras no mercado público, onde tropeiros de carga de toda a região traziam mantimentos para serem comercializados, vinham produtos como sal e farinha de mandioca, enfim, produtos do interior da região.

Nas famílias serranas elementos referentes aos tropeiros são identificáveis, a culinária local remete a lida do campo ou a lida com o gado, o linguajar, os causos passados de geração em geração, são aspectos que contribuem para a identidade serrana. Observando a composição das refeições tropeiras podemos perceber a influência destes elementos na elaboração da alimentação regional. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho (feijão tropeiro) que era servido com farofa e couve picada. Bebidas alcoólicas só eram permitidas em ocasiões especiais: quando nos dias muito frios tomavam um pouco de cachaça para evitar constipação e como remédio para picada de insetos. Estes são elementos genuínos da cultura construídos pela história de ocupação desta região, onde é muito comum encontrarmos famílias que tiveram seus antepassados envolvidos de alguma forma com o tropeirismo.

Temas locais nas aulas de história: Povos indígenas e tropeiros (Identidades serranas)

Ao apresentar, nos tópicos anteriores, os primeiros moradores do Planalto Serrano de Santa Catarina, sendo os povos indígenas e os tropeiros, como sujeitos históricos que contribuíram para dar feição à região serrana de Santa Catarina, a intenção foi de demonstrar a possibilidade de incluir este tema nas aulas de história.

Quando se busca, através do trabalho historiográfico, utilizar os referenciais elaborados por pesquisadores, temos no Brasil um distanciamento entre o que a academia produz e o que se trabalha em sala de aula, sendo que, na maioria das vezes os debates acadêmicos sequer chegam às escolas.

A intenção deste tópico é demonstrar que é possível incluir temas locais às aulas de história sem fugir dos programas curriculares, nem tão pouco reduzir as aulas a abordagens simplistas, com a intenção de permitir que os estudantes compreendam os processos históricos é preciso que percebam que são sujeitos históricos, que seus familiares ajudaram a forjar esta região. Como observa Jaime Pinsky (2005, p. 25) em relação às abordagens históricas “um modo mais construtivo [...] seria adotar como postura de ensino [...] a estratégia de abordar a História a partir de questões, temas e conceitos”. É muito comum ouvir dos estudantes referenciais familiares sobre os povos indígenas, bem como sobre a atividade econômica ligada ao tropeirismo. Diante desse argumento entendemos que temas tão importantes para compreender a formação do Planalto Serrano possam ser incluídos nas aulas de história. Concordamos com a observação de Jaime Pinsky (2005, p. 29) sobre compromisso político do professor de história, para este autor:

O professor não deve ter dó de abandonar assuntos quando não conseguir uma resposta satisfatória à questão do porquê: às vezes, mostra-se muito mais interessante ‘pular’ algumas páginas do livro didático ou da História [...] e dedicar o tempo [...] das aulas a temas como a ‘situação do índio no Brasil colonial’ (ao invés de ‘capitanias hereditárias’ e governos gerais).

Existem temas que podem ser trabalhados nas aulas de história que permitem ampliar o repertório dos estudantes e oferecer uma educação com significado, proporcionando um maior debate e uma formação cidadã.

Amparada na Lei Nacional nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que regulamenta a obrigatoriedade de temas sobre relações etnicorraciais em sala de aula, a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina está sendo reformulada, e em conformidade com a lei nacional que pretende incluir estes temas. Alguns veículos de mídia do estado já levantaram o tema, pois são leis advindas de políticas de reparação que objetivam atender as demandas das populações negra e indígena brasileira no sentido de vislumbrar ações de reconhecimento e de valorização de sua identidade histórico-cultural na educação.

É possível trabalhar esses temas, enfocando os povos indígenas da região, através das aulas de história. Esta proposta pode ser desenvolvida nas turmas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Os temas propostos apontam relevância histórica e argumentativa para a compreensão da formação cultural da região serrana catarinense.

Entendendo que a formação educacional perpassa as imagens culturais que se constroem, Pinsky (2005, p. 121) observa que: “o ser humano vive de realidades, mas vive também de representações”, os temas aqui propostos nos representam seja para a compreensão da nossa formação étnica, seja para a compreensão da nossa formação econômica.

A seguir, trazemos duas possibilidades de plano de aula para se trabalhar abordando o tema tratado até agora.

Nas Aulas de História um pouco da Minha Família:

Aula 1: A presença dos Povos indígenas na Região

Justificativa: Em muitas casas nesta região se preservam não só as memórias de dor e violência marcadas pela captura de bisavós, como também o conhecimento medicinal e a culinária, saberes passados de geração a geração, pelas bisavós índias, estes saberes podem ser reconhecidos como práticas de ancestralidade indígena. Contudo, é preciso sistematizar uma pesquisa que aborde e privilegie estas práticas percebendo que as referências que se têm na região de saberes e fazeres caboclos remetem a vivências indígenas.

Encaminhamento Metodológico: Ao iniciar os trabalhos, sejam eles sobre a região, sobre os povos indígenas no Brasil ou no Continente Americano, é possível abordar a presença destes povos em nossa região, existem vários referenciais, pistas que demonstram terem vivido no Planalto Serrano de Santa Catarina povos indígenas das nações Xoklengs e Kaingang. Como foi realizado um processo de extermínio nesta região, identificar a presença destes grupos deve contar com a utilização de fontes orais.

Sugestão de atividade:

- Solicitar que os estudantes busquem na memória familiar relatos de mulheres pegadas a laço ou a cachorro.
- Mostrar fotos de “buracos de índios”, as “casas subterrâneas”, para demonstrar que temos estes vestígios na região.
- Fazer um levantamento da Ancestralidade Indígena, através dos conhecimentos medicinais (chás, ervas, pomadas), a culinária regional também pode ser identificada por esta ancestralidade, uma receita que implica a utilização de produtos típicos da região.
- Organizar uma exposição onde cada estudante apresenta seus relatos, traz mostras de ervas medicinais, temperos, e a forma como podem ser utilizados.
- Convidar algum avô para fazer o relato para a turma.

Nas Aulas de História um pouco da Minha Família:

Aula 2: Caminho das Tropas

Justificativa: Morar no Planalto Serrano é conviver com a atividade econômica vinculada à pecuária, e o tropeirismo se constituiu como elemento formador da economia local.

A Coxilha Rica, perímetro rural de Lages, preserva referenciais vinculados à atividade tropeira, são corredores de taipas, cortando os campos, bem como fazendas centenárias que registram em sua arquitetura vínculos com esta atividade econômica que movimentou o sul do Brasil a partir do século XVIII.

Desta forma temos preservada, através das memórias familiares, referenciais sobre os tropeiros.

Encaminhamento Metodológico: Temos no Planalto Serrano de Santa Catarina, elementos culturais genuínos, dentre eles o jeito de falar, a cultura imaterial, até mesmo material que remete à atividade com o gado.

Contudo, estes aspectos precisam ser problematizados e reconhecidos como portadores de significados históricos, aspectos que contribuem para a construção e valorização da identidade do povo serrano.

Sugestão de atividades:

- Termos e expressões empregados na região, nossa variação linguística.
- Utensílios domésticos que remetem à vida no campo.
- Relatos familiares, sobre os tropeiros, sobre a construção das taipas, sobre os mercadores que vinham a Lages vender mantimentos.
- Organizar uma exposição com os estudantes para expor os utensílios reunidos, organizar cartazes sobre os relatos familiares.
- Promover um “café serrano”, onde cada estudante traz um item da culinária regional.
- Convidar algum avô para fazer o relato para a turma.

Considerações finais

A demarcação territorial e a formação humana do Planalto Serrano remetem aos povos que viviam nestas terras antes da chegada dos colonizadores, omitidos muitas vezes pela historiografia oficial, que estabelece como marco temporal a abertura do Caminho das Tropas como início da constituição da região, os povos indígenas pertencentes às nações Xoklengs e Kaingang ainda não são estudados; embora existam memórias e saberes presentes em muitas famílias.

No Planalto Serrano de Santa Catarina, assim como no restante do estado, a constituição de inúmeras famílias se fez, também, com a presença destes grupos étnicos, denominados indígenas.

Em muitas casas nessa região se preservam não só as memórias de dor e violência marcadas pela captura de bisavós, como também o conhecimento medicinal e a culinária, saberes passados de geração a geração pelas bisavós índias, estes saberes podem ser reconhecidos como práticas de ancestralidade indígena. Contudo, é preciso sistematizar uma pesquisa que aborde e privilegie estas práticas percebendo que as referências de saberes e fazeres caboclos que se têm na região remetem a vivências indígenas.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639 - de 9 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10639.htm>>. Acesso em: maio 2014.

_____. Lei nº 11.645, de 10 Março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: maio 2014.

CASTRO, Thiago de. **Acervo documental Museu Histórico Thiago de Castro**. Lages, 1999. Disponível em: <http://mtclages.blogspot.com.br/2008_07_01_archive.html>. Acesso em: maio 2014.

COSTA, L. **O Continente das Lagens - Sua história e influência no Sertão da Terra Firme**. Florianópolis: FCC, 1982.

EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense - bandeirantes e tropeiros do Sertão de Curitiba**. Florianópolis: Laudes, 1973.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M.F. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, UFSC, 2001.

PINSKY, Jaime. Por que gostamos de História. São Paulo: Contexto. In: KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RECCO, Claudio. **O tropeirismo no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=496>>. Acesso em: maio 2014.

SANTOS, Marcio. **As estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil**. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no Sul do Brasil - a dramática experiência dos Xoklengs**. Florianópolis: Edeme, 1973.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Memórias de um esquecimento**. Florianópolis: FUNPESQUISA, 2001.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.